

“SER MÃE NA DITADURA”¹ – AFETO E POLÍTICA CAMINHAM DE MÃOS DADAS

“BEING A MOTHER IN THE DICTATORSHIP” - AFFECTION AND POLITICS GO HAND IN HAND

Caroline Rios Costa²

Resumo: Pretendemos desconstruir a imagem da militância contra a Ditadura militar brasileira iniciada em 1964 protagonizada por homens, dando destaque à presença feminina nas lutas oposicionistas. Dentro deste escopo, a proposta do texto é pensar a relação entre maternidade, repressão, militância e atuação política de mulheres-mães durante os anos 1960 e 1970, e suas experiências específicas dentro deste contexto. Como fonte, serão utilizados os Relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Palavras-chave: Maternidade, Atuação política feminina, Ditadura militar brasileira.

Abstract: We intend to deconstruct the image of the militancy against the Brazilian military dictatorship initiated in 1964, carried out by men, highlighting the female presence in the opposition struggles. Within this scope, the proposal of the text is to think about the relationship between motherhood, repression, militancy and the political performance of women-mothers during the 1960s and 1970s, and their specific experiences within this context. As a source, the final Reports of the National Truth Commission, of Rio de Janeiro and São Paulo will be used.

Keywords: Motherhood, Women's political activity, Brazilian military dictatorship

O imaginário coletivo sobre o militante é geralmente o mesmo: homem, cis, altamente politizado e das zonas urbanas. Contudo, não é porque essa é a imagem coletiva, que outros atores sociais não sejam igualmente relevantes e dotados de grandes feitos. Mesmo sendo minoria, a participação das mulheres na resistência e enfrentamentos durante os anos ditatoriais foi expressiva e significativa, além de plural e diversa. Mas resta-nos uma pergunta: se a imagem da mulher militante é pouco presente na memória social, o que dizer das mulheres que uniram militância à maternidade? Ou das mulheres que decidiram transformar a maternidade em uma afronta política à ditadura?

¹ Título do depoimento de Mariluce Moura em SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014b, p. 290.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: carolriosc@gmail.com.

Os avanços empreendidos no país, mediante lutas cotidianas e uma política de justiça de transição e reparação, são resultados da presença incansável de mulheres e mães para terem suas vozes ouvidas. Se hoje as conhecemos, é graças ao esforço para que suas dores e seus mortos fossem reconhecidos pela sociedade e pelo Estado. Igualmente, se hoje há a possibilidade de a sociedade conhecer melhor suas histórias e vivências, é através tanto da ação dos movimentos sociais quanto das políticas de memória implementadas pelo Estado. Apesar de parecer uma via de mão dupla, este encontro foi marcado por lentidão, apagamentos, diversas disputas e marcas do passado.

Embora em menor número e com menos destaque que as mães argentinas, as brasileiras, formalmente engajadas ou não, também se lançaram às ruas não só pelo direito de serem mães de filhos vivos e saudáveis, mas também pelo direito à vida e à memória deles. É graças à luta específica e constante que o ser mãe provoca, que hoje temos acesso a essas histórias. É importante perceber tais elementos, ainda mais em uma estrutura patriarcal que relegava as mulheres ao mundo privado, e não via com bons olhos suas aspirações e participações políticas no mundo público³. Suas condições poderiam facilitar o acesso nos órgãos militares, ou reforçar uma violência⁴ sofrida; mas nem por isso deixaram de ter uma atuação política contundente.

“Todos queriam ver quem era a ‘fera’ que estava ali”⁵: a militância e a maternidade lado a lado.

Os anos 1960 foram marcados por uma forte efervescência cultural e política, não só no Brasil, como em diversas partes do mundo. Desejando participar dos rumos de seus países, inúmeras pessoas decidiram se engajar na luta política. Para as mulheres tal fato não foi diferente. A segunda onda feminista, a revolução sexual e o crescimento do número de mulheres em postos de trabalho foram fatores que marcaram esta década, e também a seguinte, como um forte período para as lutas femininas. Com a instauração de uma ditadura militar no Brasil, e o seu acirramento no final dos anos 1960, diversas mulheres decidiram

³ Para o debate do feminino na esfera pública x esfera privada, ver artigo “O público e o privado” em MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 31-46.

⁴ É utilizado o conceito de violência como “ uso da força e do poder com a finalidade de ferir e causar danos físicos, psicológicos, morais e/ou de dominação sobre suas vítimas, tolhendo-lhes a liberdade e impossibilitando a igualdade de escolha sobre suas vidas pessoais e sobre o meio social, cultural e político em que vivem. [...] Pode assumir distintas formas: física, psicológica, moral, sexual, entre outras.” (BRASIL, 2014a, p. 417-418).

⁵ Título do depoimento de Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima em SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014b, p. 221, também encontrado em MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). **Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010, p. 76.

participar de organizações e coletivos políticos de oposição ao regime, e inclusive participar da luta armada. Em virtude disto, “ao ingressarem na política, elas tiveram que enfrentar preconceitos nas próprias famílias e nas organizações de esquerda onde atuavam”⁶.

Tal campo, muito acostumado à figura masculina, teve reações dúbias quanto à presença de mulheres. Apesar de reconhecerem a importância da participação feminina, ainda era possível perceber certas estruturas de uma sociedade patriarcal dentro destes grupos, visto que:

As mulheres militantes participavam igualmente da concretização das tarefas políticas e militares, o que talvez tenha sido a grande novidade da época. De qualquer forma, as atividades domésticas recaíam mais sobre as mulheres. O comando era sempre dos homens, mesmo que as mulheres tivessem desempenho igual ao dos homens. Eram eles que estavam nas direções das organizações, com raríssimas exceções, mas as mulheres agiram com coragem e criatividade. [...] numa sociedade machista em que a mulher não era reconhecida e considerada, uma guerrilheira teria mais facilidade de sair de uma ação militar e se confundir na multidão. [...] Muitas chegaram a ser citadas pelos agentes da repressão, que eram pegos de surpresa ao se defrontarem com mulheres dispostas a enfrentar o inimigo com tanta ousadia e destreza.⁷

Ao mesmo tempo em que as mulheres se engajavam politicamente e movimentos feministas eclodiam pelo mundo, intelectuais passaram a pensar, de um prisma historiográfico e epistemológico, uma história das mulheres, tendo seu momento chave nos anos 1980. Antes apartadas ou silenciadas das ruas e da História⁸, nas décadas seguintes o feminino se recolocou nos debates sociais, dentro e fora de muros. A possibilidade de estudos sobre a mulher, a feminilidade, a sexualidade, e até mesmo a maternidade e o aborto são resultados dessas ações.

Dentro de um panorama em que “ainda [não] tínhamos uma bagagem a ser transmitida para as mais jovens, tamanha a ausência das mulheres nos registros históricos da vida política, social e sobretudo cultural do país”⁹, a criação de uma epistemologia feminista permitiu que intelectuais e militantes se tornassem “as próprias produtoras do conhecimento histórico de

⁶ RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio de Janeiro – Relatório final**. Rio de Janeiro: CEVRio, 2015, p.138.

⁷ SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014b, p. 17.

⁸ Aqui, é preciso demarcar que a exclusão feminina das ruas era majoritariamente para mulheres brancas de classe média e alta, visto que mulheres pobres, e principalmente mulheres negras, sempre ocuparam as ruas, inclusive e apesar das críticas que recebiam por estarem naqueles lugares.

⁹ RAGO, Margareth. **Feminismos e História: um encontro com o passado**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 2-3.

suas lutas e experiências”¹⁰. Tal virada do conhecimento foi fundamental para que essas vivências e manifestações da vida coletiva viessem a público, e que as especificidades das histórias das mulheres fossem encaradas como campo de produção.

Quando da redemocratização brasileira, durante os anos 1980, e das políticas transicionais de memória e reparação das décadas seguintes, os relatos das militantes da ditadura encontraram apoio em uma nova tradição historiográfica e modos de produção de conhecimento. Muitas delas se utilizaram de tais ferramentas para expressar o que foram aqueles anos para elas, inclusive trazendo elementos como suas sexualidades em meio à repressão, à maternidade e ao aborto. Elas não só ressignificaram o papel da mulher na política e no social nos anos 1960, mas também nas disputas de memória dos vários anos por vir.

A repressão que as militantes femininas sofreram nos porões era diferente da que seus companheiros homens sofriam, visto que “as mulheres foram alvo sistemático de violações sexuais. A prática de estupros e abortamentos forçados foi corriqueira, nas sessões de tortura, quando se tratou de repressão política violenta contra as militantes de esquerda”¹¹. Para elas a violência, e principalmente a tortura, era dupla: por se colocar de maneira frontal ao governo imposto e por subverter o lugar social da mulher. “A violência física e simbólica supracitada na relação torturador e torturada, quando se trata de mulheres, assume o contorno da relação patriarca e mulher [...] a condição feminina era motivo para punição neste contexto de dupla subversão”¹². Para aquelas que eram mães durante o período da militância e clandestinidade, uma nova camada de violência e punição era adicionada.

Maria Amélia de Almeida Teles, mais conhecida como Amelinha, foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e teve dois filhos durante sua militância dos anos 1960. Quando em 1972, foi presa em São Paulo e levada para a sede do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) junto a seu marido, Amelinha foi surpreendida por seus filhos dentro da sala em que estava sendo torturada:

Na tarde desse dia, por volta das 7 horas, foram trazidos sequestrados, também para a OBAN, meus dois filhos, Janaina de Almeida Teles, de 5 anos, e Edson Luiz de Almeida Teles, de 4 anos, quando fomos mostrados a eles com as vestes rasgadas, sujos, pálidos, cobertos de hematomas. (...)

¹⁰ CARNEIRO apud *Ibidem*, p. 4.

¹¹ TELES, Maria Amélia. O protagonismo das mulheres na ditadura militar. IN: **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. São Paulo: OEDH/UNESP, 2014. V. 2, nº. 2, jun. 2014, p. 14.

¹² MONAY, Ana Carolina. **SobreViver: a reelaboração da identidade de mulheres que passaram pela experiência da tortura na Ditadura Militar brasileira**. Rio de Janeiro, 2017. Monografia – Departamento de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. p. 54-55.

Sofremos ameaças por algumas horas de que nossos filhos seriam molestados.¹³

Mas com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na cadeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaína perguntou: 'Mãe, por que você está azul e o pai verde?'. O Edson disse: 'Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né?'. Eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a falar que a Janaína já estava morta dentro de um caixão.¹⁴

Para Amelinha, assim como tantas outras, o fato de ser mãe foi mais um elemento tipificador da violência que sofreu. A construção social da mãe como o principal laço afetivo para as crianças, uma ideia romantizada de uma voluntariedade da maternidade, o ímpeto de que uma mãe é capaz de qualquer coisa por um filho foram usadas contra estas mulheres nos porões da ditadura. O fato é que “a idealizada relação mãe/filho, tão valorizada no imaginário brasileiro, provocava impacto sobre os guardiões das prisões e não apenas neles”¹⁵.

Se ao pensar em mulher, é possível dizer que a violência era dupla, para o caso das mães podemos falar de uma violência tripla: por ser militante, por ser mulher e por ser mãe, tanto que “a capacidade de procriar, de carregar uma vida em seu próprio ventre, de dar à luz e de nutrir crianças frequentemente constituiu carga extra de sofrimento para as mulheres”¹⁶. Cada um destes fatores foi usado de forma específica para causar maior grau de dor e dessubjetivação de quem se pretende aniquilar. Se as experiências vividas pelas opositoras já eram diferentes das de seus companheiros, as vivências por quem passa pela maternidade são ainda mais particulares, complexas e cruéis. Com isso, “a agressão ao útero, associado à possibilidade de gerar vida, é sentida como extremo de invasão íntima”¹⁷.

Pouco comentadas no Brasil e mais conhecidas em casos de países vizinhos, as políticas repressivas ditatoriais sobre as mães e as crianças atingidas não se diferenciavam muito¹⁸. Apesar de numericamente inferiores, é impossível negar a existência de uma política

¹³ TELES apud ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. 15ª ed., p. 45.

¹⁴ TELES apud MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). **Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010, p. 162.

¹⁵ BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. IN: AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva Alterman (orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017, p. 77.

¹⁶ BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume I)**. Brasília: CNV, 2014a, p. 407.

¹⁷ GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 147.

¹⁸ Aqui, estamos nos referindo especialmente aos casos argentino (*Madres de Plaza de Mayo, Madres Plaza de Mayo – Línea Fundadora e Abuelas de Plaza de Mayo*) e chileno (*Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos*). Em ambos os países, assim como no Brasil, mas também em outros lugares do Cone Sul, há a ocorrência, em maior ou menor grau de acordo com cada realidade, de torturas em grávidas, partos clandestinos dentro de instituições da repressão, a ideia de “um comunista a menos”, crianças presas com seus pais, e o tópico

de Estado, altamente truculenta e paralisante, para com estes setores da sociedade. A gravidez, a maternidade ou a infância não eram considerados fatores relevantes o suficiente para um tratamento menos brutal, e em muitos casos, o resultado era o extremo oposto. Com as presas políticas “a maternidade foi outro elemento utilizado pelos torturadores para desestabilizar [...], sendo comuns ameaças que envolvessem seus filhos ou que afirmassem que as mesmas se tornariam estéreis”¹⁹.

Ao se depararem com mães, havia uma distinção entre as grávidas e as que seus filhos já eram nascidos, pois tal fato mudava a postura encontrada nos porões. Para as grávidas o tratamento era uma tortura específica cujo objetivo final era provocar um aborto, enquanto mães de crianças já nascidas viam seus filhos serem usados como ferramentas de tortura psicológica. De acordo com relatos recolhidos de inúmeras ex-presas políticas, há como perceber que a tortura foi usada como forma instrumentalizada e particular para a mulher e tinha como um de seus propósitos alterar o panorama da maternidade, em que eram atingidas “particularmente aos órgãos genitais e reprodutores, choques elétricos na vagina para torná-las estéreis, mutilação dos seios e golpes no abdômen com o objetivo explícito de impedir a reprodução biológica do ‘inimigo’, o nascimento de ‘mais um comunista’ no mundo”²⁰.

Muitas das militantes que estavam grávidas quando foram presas pela repressão, passaram por sessões de tortura e sofreram sevícias com métodos e locais específicos em seus corpos e, como resultado, acabaram abortando dentro das instalações de detenção²¹. Como se só a agressividade da indução de um aborto não fosse suficiente, a maioria não recebia qualquer assistência médica após o fato. Para algumas, a tortura e o aborto se tornaram marcas definitivas em seus corpos e subjetividades, pois o não tratamento terminou por gerar sequelas, incluindo a impossibilidade de uma maternidade futura através da gestação.

As torturas podiam ter sequelas de ordem física, biológica, psicológica e doenças psicossomáticas, que combinadas ou não, afetavam não só a maternidade, mas também a vida sexual e pessoal de quem sobrevive.

Estupros e empalamentos determinaram o relacionamento afetivo e a vida sexual [...]. Mutilações nos seios privaram mães de amamentar [...] Úteros

da adoção destas crianças por pessoas ligadas ao regime. Além disso, também há relatos de mães sem vida política anterior, mulheres na casa dos 40 ou 50 anos, se tornando elas também alvos da repressão após denunciarem as violências sofridas por seus filhos militantes.

¹⁹ RIO DE JANEIRO (Estado). *Op. Cit.*, p. 292.

²⁰ *Ibidem*, p.143.

²¹ Há também relatos de mulheres que abortaram dentro dos centros de repressão sem passarem pela tortura física, em que o elemento que provocou o aborto foi uma tortura psicológica. Tal realidade é relatada no livro “Brasil: Nunca mais”, pp. 49-50.

queimados com choques elétricos tornaram muitas mulheres incapazes de engravidar ou de levar adiante uma gestação.²²

Para exemplificar, temos o caso de Maria Helena Guimarães Pereira. Ao ser presa em 1972, estava grávida e sofreu um aborto forçado em decorrência de tortura nas dependências do Departamento de Ordem Política e Social/GB (DOPS), não recebendo qualquer assistência médica. Já liberta, engravidou novamente, até que teve complicações durante a gestação. Maria Helena diz: “Eu tive que ter um parto normal porque o bebê já estava grande e o bebê nasceu morto. Depois disso eu resolvi tirar as trompas para nunca mais ter filhos. Eu tirei, eu não liguei, eu tirei as trompas, eu tinha 32 anos”²³.

Questões resgatadas recentemente, as investigações empreendidas pela CNV:

mostram perícia distinta na tortura de grávidas, com a utilização de técnicas e cuidados específicos quando se pretendia evitar que abortassem ou quando pretendiam efetivar o aborto, ou mesmo quando esterilizar uma mulher era o objetivo. Não importava a vida que estava sendo gestada, tampouco o impacto que tamanha violência causaria à vida futura dos bebês que eventualmente conseguissem sobreviver.²⁴

Para militantes com filhos já nascidos, cair nas garras da repressão significava que, em virtude de suas ações, seus bebês e crianças poderiam também cair. Não incomuns filhos de militantes eram usados nas sessões de tortura psicológica, podendo ou não serem levados até estes lugares. A mera ameaça, ou mentiras contadas, por parte de militares já era o suficiente para desestabilizar aqueles que estavam sob interrogatório. Quando a criança em questão se encontrava, de alguma forma, sob a tutela dos órgãos repressivos e, principalmente nos centros de detenção, a desestabilização provocada era ainda maior. “São pungentes as histórias da dor infligida às mães, por ameaças feitas aos seus filhos durante sessões de tortura ou pela separação compulsória das crianças”²⁵.

Como exemplo das políticas de Estado para os diferentes tipos de mães, temos o caso de Rosalina Santa Cruz. Presa em 1974, tinha um bebê de 5 meses em fase de amamentação e descobriu que estava grávida durante as sessões de tortura. A tortura de Rosalina foi dupla, conforme ela denuncia no depoimento a seguir:

Nesse momento, o cara de Niterói me chama e me leva para uma sala e diz para mim e para o Geraldo: ‘Você está grávida?’, ‘Eu não sei.’ Então, começou a vir na minha cabeça: ‘Eu atrasei minha menstruação, eu estou

²² BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume I)**. Brasília: CNV, 2014a, p. 422.

²³ RIO DE JANEIRO (Estado). **Op. cit.**, p.144.

²⁴ BRASIL. **Op. Cit.**, p. 411.

²⁵ BRASIL. **Op. Cit.**, p. 408.

grávida.’ (...) Aí o cara resistia, [mas] o pessoal do DOI-CODI chegou me pendurou numa parede e me dava murro, pontapé, só na minha barriga. Geraldo algemado, no chão, só olhando, até que eu sangrei de descer, assim, e eles disseram: ‘Ah, está vendo? Comunista não é para ter filho.’²⁶ Entretanto a pior tortura nessa segunda prisão foi o fato de ter um bebê de cinco meses, [...] que ficou por três dias em poder dos policiais, trancado no nosso apartamento. [...] Sem poder mamar e acostumado a ter a mãe por perto, [...] os policiais torturadores pegaram o André e ameaçaram jogá-lo pela janela.²⁷

Uma das abordagens utilizadas para extrair informações era usar parentes e amigos do prisioneiro em questão, seja com ameaça, sequestro ou tortura. Quando se descobria a condição da maternidade, essa se tornava o viés preferencial para manipulação. Para ela, era dito que seus filhos poderiam ser sequestrados, desaparecidos, dados para adoção, torturados e até mesmo mortos. Não era incomum a cena de levar a criança até os pais e fazer a ameaça com ela presente²⁸.

A militância política e repressão vivida por Amelinha foram fortemente marcadas pela maternidade, em que a dor sofrida não estava presente apenas nas marcas em seu corpo, mas também nas marcas invisíveis a olho nu da violência psicológica feita com seus filhos.

Meus filhos Janaína e Edson foram usados pelos bárbaros e boçais opressores, como instrumentos de tortura psicológica, pois a todo tempo os “militares” diziam a mim e ao César que nossas crianças também seriam torturadas e mortas. [...] Era muito doloroso para mim e para o César saber que nossas crianças eram obrigadas a não só assistir os horrores das torturas cometidos nos porões da ditadura contra os pais e contra todos os presos políticos, mas também eram obrigadas a ficar confinadas/presas numa delegacia de polícia atípica, que serviu de aparelho político repressor.²⁹

A forma como as mães e as crianças eram afetadas pela ditadura está fortemente interligada, visto que não há como pensar sobre uma sem considerar a outra; “a vida de uma mulher-mãe não é mais somente sua. A partir deste momento cada passo, atitude e decisão dependem desta condição. A liberdade está definitivamente modificada”³⁰. Era justamente ao

²⁶ RIO DE JANEIRO (Estado). **Op. Cit.**, p. 143.

²⁷ SÃO PAULO (Estado). **Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva, relatório final (tomo I)**. São Paulo: Alesp, 2014a, p. 1102.

²⁸ A título de contemplação, temos o depoimento da ex-ministra Eleonora Menicucci: “Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. [...] Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade.” (BRASIL, 2014a, p.409).

²⁹ TELES apud SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014b, p. 269.

³⁰ EVANGELISTA, Marcela Boni. Ser mãe ou não ser, qual é a questão? A história oral desvendando o mito do

se valer deste fato que oficiais da repressão e torturadores agiam de forma específica em interrogatórios e torturas psicológicas. Amelinha conta também que:

Edson e Janaina foram testemunhas dos gritos de dor dos presos políticos sendo torturados e, principalmente, do meu rosto transfigurado, de tal modo que só fui reconhecida pelo Edson quando ele me ouviu chamá-lo, identificando-me pela voz, uma vez que eu estava deformada em função das equimoses provocadas pelas torturas.³¹

Em muitas das vezes, as violências psicológicas e sexuais aconteciam ao mesmo tempo, mas a consciência daquilo que se viveu nem sempre era fácil ou instantânea. Permeando tais agressões, insultos e xingamentos eram proferidos com a intenção de colocar a mulher de volta “no lugar dela”, inferiorizando-a e questionando seus modos de vida, tanto que “durante as agressões, as mulheres eram frequentemente rotuladas pelos torturadores como prostitutas, adúlteras e esposas ou mães desvirtuadas, cujo papel social deveria permanecer restrito às funções do lar e longe da esfera política”³².

Ao resgatar tais acontecimento, há a retomada da dor e do trauma³³, mas também a elaboração e publicização de certas práticas inaceitáveis e este é o apoio encontrado por muitas ex-militantes, inclusive Amelinha:

Eu não gosto de falar disso, mas eu vejo a importância desse momento de tratar a verdade e gênero pensando nessas desigualdades entre homens e mulheres, em que os agentes do Estado, os repressores usaram dessa desigualdade para nos torturar mais, de certa forma. De usar essa condição nossa. Nós fomos torturadas com violência sexual, usaram a maternidade contra nós. [...] Nós sabemos o quanto a maternidade, o ônus da maternidade, que nós carregamos³⁴

Neste sentido, é possível perceber que tanto para Amelinha como para inúmeros outros atingidos pelos anos da ditadura militar, a memória destes tempos é difícil, dolorosa e complexa, além de demonstrar a truculência e o silenciamento provocados pelo Estado. Por mais que este mesmo Estado demore a lidar com seu passado autoritário, suas práticas

amor materno. IN: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.) **História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 134.

³¹ TELES apud SÃO PAULO (Estado), **loc. cit.**

³² RIO DE JANEIRO (Estado). **Ibidem**, p. 292.

³³ O conceito de trauma é lido como “sequela produzida por um evento desorganizador das defesas psíquicas. Os sobreviventes [...] não conseguem superar o terror dessas experiências porque elas não se enquadram nas estruturas simbólicas que permitem a elaboração psíquica. Assim, as marcas do sofrimento traumático tendem a se atualizar durante a vida dessas vítimas e são transmitidas inconscientemente a seus descendentes. [...] O trauma representa uma forma de sofrimento continuado que, no limite, leva ao emudecimento.” (BRASIL, 2014a, p. 426-427).

³⁴ TELES apud BRASIL, **ibidem**, p. 407-408.

violentas sistemáticas e sua postura diante de tais fatos, a memória e a elaboração do trauma dos sobreviventes é pautada por um curso próprio e particular, que independe do esforço público³⁵. Para tanto, “a memória efetiva não se deixa controlar [...] Ela não se deixa controlar nem pelas ordens do eu consciente, nem pelos mandos do soberano [...] as lembranças são como bichos selvagens que voltam a nos atormentar quando menos queremos.”³⁶. Seja para quem trata suas memórias no plano público, ou para quem tenta se esquecer, ou até quem não aparenta, as memórias permanecem lá, podendo emergir a qualquer momento.

No Brasil, os opositores do regime militar que sobreviveram à tortura, embora circulem normalmente entre nós, vivem em um universo a parte [...] A sensação de *irrealidade* que acomete aqueles que passaram por formas extremas de sofrimento [...] fica então como que *confirmada* pela indiferença dos que se recusam a testemunhar o trauma. [...] Não há reação mais nefasta diante de um trauma social do que a política do silêncio e do esquecimento.³⁷

“Eu peço desculpas. A gente chora é porque é duro mesmo”³⁸: a militância gerada através dos filhos

Nos grupos de resistência e oposição existentes durante os mais de 20 anos de governos ditatoriais houveram não só militantes organizados, mas também indivíduos da sociedade que decidiram que engajar de alguma forma. Durante os anos de chumbo, uma parcela da sociedade que passou a atuar politicamente de forma orgânica foram as mães e esposas de dissidentes. Elas em si não se enquadravam no modelo tradicional do militante partidário, e nem estavam na resistência através de uma escolha ideária própria, mas quando seus filhos e maridos eram atingidos, elas passavam a carregar também a luta deles. Principalmente quando eles se tornavam mortos ou desaparecidos, eram estas mulheres que passavam a portar a luta daquele que se foi.

³⁵ A título de curiosidade, é interessante citar o caso família Teles X Ustra. Em 2006, Amelinha, seu marido Cesar, seus filhos Janaina e Edson, e sua irmã Crimeia, entraram com uma ação civil declaratória contra seu torturador, Carlos Alberto Brilhante Ustra, então chefe do DOI-CODI no período em que os cinco foram presos. Em 2008, a família teve causa de ganho favorável, conseguindo que Ustra fosse reconhecido publicamente como torturador, fato inédito na justiça brasileira. “A família se tornou uma espécie de símbolo da resistência dos parentes dos mortos e desaparecidos políticos.” (BRASIL, 2009, p. 66). Para saber mais, ver TELES, Janaina. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por verdade e justiça no Brasil. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. P. 295-296 e https://www.conjur.com.br/2008-out-09/coronel_brilhante_ustra_responsabilizado_torturas.

³⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Ibidem**, p. 183.

³⁷ KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. IN: **Ibidem**, p. 126.

³⁸ Trecho do depoimento de Ilda Martins da Silva em SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014b, p. 81.

Havia quase que um padrão para a mulher, mãe ou esposa de um preso e, principalmente, de um desaparecido político. Elas peregrinavam entre os “locais da morte”, tais como hospitais, delegacias, quartéis, institutos médicos, cadeias e outros locais para onde os presos políticos eram levados. Durante suas peregrinações, “seu estatuto social enquanto mães e mulheres mais velhas as protegera das violências mais brutais que seus filhos e filhas haviam sido vítimas”³⁹. De certa forma, o estatuto social da mãe era respeitado, mesmo dentro de locais conhecidos por serem violentos, mas isto não impediu que mães também pudessem vir a se tornar vítimas ou sobreviventes do regime.

Durante os anos 1960 e nos primeiros anos da década de 1970, Esmeraldina de Carvalho Cunha, baiana, mãe de cinco filhas, viu sua rotina ser completamente transformada quando várias delas ingressaram em organizações de oposição e passaram a lutar contra a ditadura. Mãe dedicada e divorciada, fez de sua condição de mãe uma luta política, em defesa da vida e da segurança de suas filhas. Quando sua filha mais nova, Nilda, foi presa e torturada na chamada “Operação Pajussara”⁴⁰, em Salvador, Esmeraldina iniciou uma peregrinação pelos locais ligados ao regime e pessoas que pudessem ajudá-la a descobrir seu paradeiro e o que tinha acontecido. Quando finalmente a encontrou, meses depois, sua condição era precária em decorrência das torturas realizadas, das quais a menina nunca se recuperou. Em dado momento, a liberdade da filha foi usada pelos militares como uma estratégia de colocar Esmeraldina no papel de mulher do lar e casada, quando foi ameaçada de que se não voltasse a viver com seu ex-marido, a menor de idade poderia permanecer presa. Poucos meses depois, Nilda veio a falecer, em consequência do grande trauma causado pela tortura.

A perda da filha mais nova causou em Esmeraldina uma depressão profunda e uma dificuldade em aceitar tal fato, chegando inclusive a ser internada em hospitais psiquiátricos. Sua busca por verdade e justiça continuou novamente procurando por pessoas e entidades que pudessem saber o que realmente havia ocorrido no tempo em que sua filha ficou presa. Passou a fazer das ruas e das praças da Bahia um local público de seu luto e de denúncia do que fizeram com Nilda, despertando assim a atenção de militares para as suas ações. Em virtude da exposição de sua angústia e da violência sofrida por sua filha, foi presa, quando “recebeu uma ameaça de um homem desconhecido que teria sido enviada pelo major Nilton de

³⁹ BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado: tempo e justiça**. Serra: Editora Milfontes / Mariana: SBTHH, 2018, p. 79.

⁴⁰ A Operação Pajussara aconteceu entre agosto e setembro de 1971, na cidade de Salvador. O objetivo era capturar o guerrilheiro Carlos Lamarca. Nilda foi presa em uma ação decorrente da operação Pajussara, que desejava capturar Iara Iavelberg, a quem Nilda abrigou em sua casa. Seu nome consta nos registros oficiais da operação. Ver relatório completo em <http://comissaoaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-relatorio-operacao-pajussara.pdf>.

Albuquerque Cerqueira, [...] um dos comandantes da “Operação Pajussara”, informando-a de que se ela não interrompesse as denúncias, ele a faria parar. Não se calou”⁴¹. Pouco tempo depois, em 1972, Esmeraldina foi encontrada morta dentro de sua casa, pendurada por um fio elétrico, mas sem sinais de enforcamento. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) considerou que sua morte foi resultado de suas denúncias e declarou o Estado como culpado.⁴²

Mesmo a figura da mãe sendo considerada quase sagrada por muitos, especialmente em virtude da influência católica na sociedade, tal condição não as absolvía de sofrerem o risco de serem atingidas pela repressão, independentemente do fato de que elas e seus filhos pudessem estar desvinculados da luta de resistência. Mesmo a Igreja sendo tida como um dos pilares sustentadores da sociedade brasileira, este lugar não impedia que uma mulher membro destes espaços fosse atingida. Tanto os seguidores da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) quanto os da Igreja Protestante se viram alvo do regime, que por sua orientação de fé e teologias libertárias, “não isentou esses cristãos de perseguições, pelo contrário, considerava-os inimigos da segurança nacional”⁴³. Tal fato é percebido no

tratamento que recebiam nas prisões para onde eram enviadas, sem condições de higiene, saúde, muitas delas grávidas ou carregando seus bebês era degradante. Mais ainda o eram os abusos sexuais infringidos da parte de agentes da repressão e seus superiores. As religiosas católicas, particularmente, foram duplamente violadas, por sua condição de mulheres e de cristãs comprometidas com a castidade. Muitas de todas essas mulheres perseguidas não constam neste relatório, pois são anônimas: a vergonha e os traumas da violência sofrida as impediram de denunciar, de se evidenciar.⁴⁴

Se a repressão ditatorial foi quase indiscriminada nos meios urbanos, é possível afirmar que nas zonas rurais e no interior, inclusive em função da distância dos grandes centros e de uma lógica de comunidade diferente, a repressão foi igualmente indiscriminada, especialmente com pessoas não ligadas à uma militância de oposição. Diversas violações cometidas contra camponeses, ribeirinhos, indígenas e outros grupos que vivem à margem das estruturas urbanas de controle não são conhecidas, ou reconhecidas, justamente pelo modo brutal como se deu. Se muitas destas pessoas “não existem” perante um sistema burocrático urbano, como ter certidão de nascimento, possuir registros oficiais e sua existência

⁴¹ BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume III)**. Brasília: CNV, 2014c, p. 1065.

⁴² MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). **Op. Cit.**; BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume III)**. Brasília: CNV, 2014c.

⁴³ BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume II)**. Brasília: CNV, 2014b, p. 195.

⁴⁴ BRASIL. **Ibidem.**, p. 196.

reconhecida frente ao aparato federal, é como se as violações a estas pessoas também não existissem; tanto as pessoas quanto as violências sofridas permanecem em uma espécie de limbo.

Na primeira metade da década de 1970, se organizou uma guerrilha em território indígena próximo ao rio Araguaia, no Pará, feita por militantes do PCdoB. Durante os anos de 1972 e 1974, o Exército brasileiro fez diversas investidas, chegando a contar inclusive com um destacamento de milhares de homens, cujo objetivo era acabar com a chamada Guerrilha do Araguaia. Como aquela localidade era povoada por camponeses e indígenas, um sem número deles foram atingidos durante as investidas⁴⁵, inclusive crianças, mulheres grávidas e idosos.

No caso dos povos indígenas, uma das etnias atingidas nessa localidade foi o povo Aikewara. Os homens adultos, por conhecerem a floresta e a área, foram obrigados a auxiliar os militares, fazendo expedições no meio da mata para guiá-los e ainda para acharem os locais onde os guerrilheiros ficavam. Já as mulheres se tornaram reféns, obrigadas a ficarem dentro de suas casas, numa espécie de “prisão domiciliar”. Sem poderem saber onde e como estavam os homens, conviviam com a pressão psicológica do confinamento, da presença militar e dos sons de batalha, além de serem impedidas de circularem para plantar ou colher alimentos, caçar, e até fazer suas necessidades biológicas. Tal situação gerou inúmeras privações e consequências como “desorganização social e cultural profundas, fome intensa e, sobretudo, medo da morte [...], com sequelas físicas e psicológicas como abortos [espontâneos], tuberculose pulmonar, surdez, pesadelos recorrentes, insônia, entre outros”⁴⁶. Depoimentos coletados pela CNV mostram tais fatos:

Não sei o quê que foi que aconteceu? Eu num sei. Mas eu acho que tanto susto aí que nós pegava, né? Porque toda hora era tiro!! Toda hora!! Vento num podia balançar um matinho que eles atiravam! É! [...] Porque eu acho que por conta de tudo isso que aconteceu que eu tive assim... quase aborto, né? As crianças num viveram porque tanto medo que a gente passava, dos tiros, né? Então aconteceu isso com a gente, eu num gosto de me lembrar, sabe? Eu estou contando aqui pra vocês porque as pessoas assim... pode ser assim os povos do Brasil, do mundo todo, pra saber direito que aconteceu

⁴⁵ A própria CNV destacou a imprecisão e desconhecimento de quais seriam os números totais de indígenas atingidos. Sobre os mortos, especula-se “ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. [...] O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas.” BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume II)**. Brasília: CNV, 2014b, p. 205.

⁴⁶ BRASIL. **Ibidem**, p. 246.

mesmo esse horrível acontecimento. É “guerra” né? No tempo da guerrilha, né? É por isso que eu estou contando aqui um pouco...⁴⁷

As violações cometidas contra indígenas e camponeses eram realizadas de forma semelhante, inclusive o fato de que mulheres grávidas e mães com filhos, mais uma vez, viam sua maternidade utilizada ou afrontada como uma forma de atingi-las física e psicologicamente. Independente da condição da mulher, se era ou não militante, se tinha filhos politicamente engajados ou não, se tinha conhecimento de ações de oposição ou não, se uma mulher viesse a cair nas garras da ditadura sendo mãe, a maternidade poderia, e com bastante frequência seria, utilizada contra ela. Seja no curto ou no longo prazo, a vulnerabilidade e a dor que a maternidade na adversidade poderia causar não se restringia ao período em que a violação ocorria.

O que marca a “militância tardia” destas mulheres quase sempre é a mesma: ao verem seus filhos sofrendo e sendo atingidos, elas passam a carregar suas bandeiras como delas próprias, e em muitos casos, perante a ausência dos filhos, se tornam as porta-vozes das lutas deles. Seu condicionante é primeiramente e principalmente a maternidade. Muitas delas, antes restritas ao mundo privado, da casa e da domesticidade, passaram a tomar as ruas e os espaços públicos mobilizadas politicamente em torno de uma pauta similar: queremos nossos filhos. Inicialmente, a busca era pelo aparecimento com vida⁴⁸, mas com o passar do tempo e a diminuição das chances de achá-los vivos, a busca retornou para o que havia acontecido com eles, onde e como se deram suas mortes, onde estavam seus corpos e quem eram os responsáveis pelos crimes. A militância materna, especialmente aquela que continua até os dias de hoje, é marcada pelo “estatuto quase espectral [dado] aos *desaparecidos*”⁴⁹, pelo fantasma daqueles que se foram, mas para os quais não há uma materialização. Em virtude disso:

⁴⁷ *Ibidem*, p. 246.

⁴⁸ A busca por aparecimento com vida pelos quais as mães brasileiras lutavam, apesar de foneticamente parecido, difere do “*aparición con vida*” das mães argentinas da Praça de Maio. As mães brasileiras buscam pela presença com vida, e após suas mortes, lutam para terem seus restos mortais, e saberem onde, como e o que ocorreu com seus filhos, mas em grande parte reconhecem os desaparecidos como mortos. Já as mães argentinas, através do polêmico lema “*aparición con vida*”, “significa que, embora a maioria deles esteja morta, ninguém se responsabilizou por suas mortes, porque ninguém disse quem os matou, quem deu a ordem.” (BEVERNAGE, 2018, p. 100). Para Hebe de Bonafini, presidenta das *Madres de Plaza De Mayo*, “*aparición con vida* é um lema ético em princípio. Enquanto um único assassino permanecer nas ruas, nossos filhos viverão para condená-los.” (BONAFINI apud BEVERNAGE, p. 101). A postura das mães brasileiras se aproxima mais da verdade das *Madres de Plaza De Mayo – Línea Fundadora*, pois são favoráveis às políticas de Estado, o uso do termo “desaparecido” e exumação e localização dos corpos de desaparecidos.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 84.

Os sequestrados permanecem privados de qualquer identidade, não se sabe se estão mortos ou vivos, e no último caso se estão detidos e onde. Isso gera ambiguidades de todos os tipos, dos quais as lesões psicológicas são os resultados mais graves. Os parentes acabam se relacionando com as ausências que se convertem em “fantasmas”. [...] Temos que enfrentar a ausência, que, por sua extrema dor, não é um processo comum de luto. Trata-se de um “luto sem objeto”. É o vazio, é a perda absoluta, a morte sem cadáver e sem o enterro [...] Todas essas relações distorcidas são causadas por este ato bárbaro de sequestro. As famílias pedem a verdade para poder enfrentá-la.⁵⁰

Prova disso é Elzita Santa Cruz. Pernambucana, mãe de dez filhos, viu alguns deles serem atingidos pela ditadura militar⁵¹. Sempre lutando por eles, foi a partir do sequestro, assassinato e desaparecimento forçado de Fernando, o quinto filho, que dona Elzita se engajou politicamente e iniciou uma caminhada em quartéis e cadeias, entre o Rio de Janeiro, cidade onde foi visto pela última vez, São Paulo, cidade onde ele morava, e Recife, cidade de origem da família. Nome bastante conhecido e importante dentro da luta pelos desaparecidos políticos no Brasil, sua dor se tornou um livro chamado *Onde está meu filho? – História de um desaparecido político*⁵², de 1985. Participou da luta pela anistia, pela redemocratização e da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco. Até sua morte, aos 105 anos⁵³, e mais de 40 anos passados desde o desaparecimento, dona Elzita ainda lutava e esperava descobrir o que aconteceu com Fernando e enterrar seu corpo⁵⁴. O poema que sempre entoava se tornou uma marca de sua luta: “Hei de vê-lo voltar; ela dizia, meu doce consolo, meu filhinho; passam os anos, o véu do esquecimento; baixando sobre as coisas tudo apaga; menos da mãe o triste isolamento; a saudade que o coração lhe esmaga”⁵⁵.

Para várias dessas mães, este novo momento, em que já haviam chegado aos 50 ou 60 anos de idade, foi como um novo nascimento, mas desta vez foram seus filhos que as pariram

⁵⁰ *Ibidem*, p. 85.

⁵¹ Um destes filhos atingidos é Rosalina Santa Cruz, citada anteriormente.

⁵² ASSIS, Chico de [et al.]. **Onde está meu filho?: história de um desaparecido político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁵³ Dona Elzita veio a falecer no dia 25 de junho de 2019, em Olinda. Diversos órgãos, tais como OAB (atualmente presidida por um de seus netos, Felipe, filho de Fernando), a prefeitura de Olinda (local onde ocorreu seu velório) e o governo do estado de Pernambuco emitiram nota de luto e pesar por sua morte. Ver <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2019/06/morre-aos-105-anos-elzita-santa-cruz-simbolo-de-resistencia-a-ditad.html>, <https://globoplay.globo.com/v/7717697/> e <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2019/06/25/morre-aos-105-anos-elzita-santa-cruz-simbolo-da-luta-contra-a-ditadura-381675.php>.

⁵⁴ SÃO PAULO (Estado). **Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva, relatório final (tomo I)**. São Paulo: Alesp, 2014a, p. 226-227.

⁵⁵ SANTA CRUZ apud MEMÓRIAS REVELADAS. **Vídeo de divulgação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Elzita Santa Cruz Oliveira**. 2009. 1 minuto. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/galeria-de-videos/youtubegallery?videoid=5ZJe341uoAQ.01> – 20”.

para essa nova mulher-mãe militante, pois “esta última perspectiva anunciava aquilo de ‘serem paridos por seus próprios filhos’, formulação que atestava a brutal repressão do estado terrorista no investimento forçado das afiliações e genealogias ‘naturais’”⁵⁶ Simbolicamente, os jovens filhos que decidiram se insurgir contra a repressão ditatorial, após suas mortes e/ou desaparecimentos, pariram novos atores políticos para ocuparem seus lugares agora vazios; desta perspectiva, são os jovens que se tornam os pais daquelas que os colocaram no mundo.

Tanto por serem afetadas quanto por se verem confrontadas com uma militância quando seus filhos são atingidos, a potencialidade de resistência e de luta da maternidade se tornam algo que talvez a ditadura não tenha previsto. Ao mexer com os filhos, a ditadura automaticamente mexeu com as mães. Ao relegarem as mulheres como seres do lar, do mundo privado, da bondade e da amorosidade, se esqueceram (ou mesmo não consideraram) que a força que a mulher-mãe pode ter extrapola os limites da casa e dá impulso mais do que suficiente para se tornarem importantes agentes públicas e sociais de manifestação e questionamento.

A vivência da maternidade adversa teve desdobramentos. Estas mulheres, antes absorvidas pelas tarefas domésticas, passaram a se voltar para o espaço público. A apropriação dos conhecimentos adquiridos, em alguns casos, resultou em engajamento que ultrapassou a internação dos próprios filhos e se tornou parte de seus cotidianos. Gradativamente, os espaços passaram a se ampliar, assim como as lutas que começaram com seus filhos.⁵⁷

“Ainda hoje não se dão conta do que significou a luta para reaver meu filho”⁵⁸: a maternidade na adversidade.

Permeada por complexidades, a militância da mulher-mãe nos anos da Ditadura Militar era consideravelmente piorada quando se coloca em perspectiva as consequências que poderiam sofrer. Dentre elas, temos a prisão, a tortura e o exílio como algumas das consequências mais conhecidas, e por quais várias mulheres e militantes passaram. Em todas

⁵⁶ D’ANTONIO, Débora. Las Madres de Plaza de Mayo y la maternidad como potencialidad para el ejercicio de la democracia política. IN: BRAVO, María Celia.; GIL LOZANO, Fernanda; PITA, Valeria (orgs.). **Historias de luchas, resistencias y representaciones. Mujeres en la Argentina, siglos XIX y XX.** Tucumán: Editorial Edunt (Editorial de la Universidad Nacional de Tucumán), 2007. p. 289. Tradução nossa.

⁵⁷ EVANGELISTA, Marcela Boni. Ser mãe ou não ser, qual é a questão? A história oral desvendando o mito do amor materno. IN: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos.** São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 133.

⁵⁸ Título do depoimento de Lenira Machado em SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil.** São Paulo: ALESP, 2014b, p. 213.

elas, para as mães isso significava que seus filhos também poderiam sofrer as mesmas consequências que elas, ou serem atingidos de alguma forma. Qualquer que fosse a consequência, sofrê-lo sendo mulher e mãe era significativamente pior.

A prisão, local ao qual muitos opositores acabaram destinados, podia representar o primeiro estágio de um suplício que não se sabia quando acabaria. Marcada pela privação de liberdade e rompimento com o mundo exterior, uma radical mudança de vida foi encontrada dentro das prisões e também uma ruptura de futuro, principalmente se não se sabe quando ou se sairia dali. Mesmo em um ambiente tão hostil, as crianças se faziam presentes, fosse em visitas, creches penitenciárias, no ventre de suas mães encarceradas ou com seus bebês pequenos.

Jessie Jane Vieira de Sousa era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e foi presa em 1970 com seu companheiro. Condenados a 18 anos de prisão, Jessie e seu parceiro conseguiram permissão judicial para se casarem em 1972, e direito à visita íntima em 1975. Foi neste panorama em que Jessie Jane engravidou de sua filha Leta, que nasceu em 1976. Jessie afirma que:

As memórias relacionadas ao nascimento da minha filha me transportam para situações contraditórias. De um lado, a imensa felicidade com a chegada daquele pequenino ser, que nos trazia esperanças, alegrias e ao mesmo tempo, angústias pela consciência de que não poderíamos tê-la conosco. E, de outro lado, a preocupação pelo futuro que poderíamos vislumbrar para nossa filha, já que estávamos condenados a muitos anos de prisão e não sabíamos quanto tempo mais viveríamos sob a ditadura. Havia ainda a ausência da minha família que se encontrava no exílio.⁵⁹

Durante a gestação, Jessie não teve acesso a assistência médica, instalações adequadas ou um ambiente seguro e tranquilo. Não foi realizado nenhum pré-natal ou qualquer plano de gravidez ou parto. Tal situação não foi vivida somente por ela, mas também pela maioria das presas políticas grávidas que assim permaneceram quando pegas pela repressão. Estas mulheres e seus bebês eram com frequência deixados à própria sorte, visto que o aparato prisional não fornecia qualquer ajuda ou suporte, seja durante a gestação, no parto ou na fase de puerpério.

Nesses casos, a experiência da maternidade (tanto gravidez como após o nascimento) é profundamente marcada pelo aprisionamento sofrido por essas mulheres. Não só suas vidas, mas sua vivência de maternidade, são condicionadas pelas rupturas causadas pela prisão,

⁵⁹ SOUSA apud SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014b, p. 158.

como a privação de liberdade, a desorientação do tempo⁶⁰ e do espaço, e a dificuldade de se colocarem no mundo coletivo. Além disso, diversas vezes esta maternidade se dava à distância, seja pela impossibilidade de suas crianças permanecerem, a impossibilidade de visitação, o fato de se localizarem em locais diferentes, ou mesmo pelo entendimento de que uma vida externa fora das grades seria o melhor para a criança. Mas não é pelo fato de que o ser mãe se realiza à distância do filho que muda a maternidade de forma essencial ou que a mãe deixa de sofrer, como mostra a experiência de Jessie:

Leta permaneceu comigo somente nos primeiros meses de vida, quando a entreguei aos cuidados da família do Colombo. E aquele foi o momento mais dramático em toda a minha existência. Uma dor dilacerante, sem igual. [...] Eu optei por tirá-la daquele ambiente entendendo que ela não deveria crescer entre aquelas grades e que deveria ter uma vida familiar normal entre os primos e desfrutar a sua infância como todas as crianças têm direito.⁶¹ E depois, a entrega da minha filha foi muito difícil. Eu a entreguei para a minha sogra, pois minha família estava toda no exílio. Foi a pior coisa da minha vida, a mais dolorida. A separação de uma criança com três meses é muito dura para uma mãe, é horrível. É uma coisa que nunca se supera. É um buraco. De toda a minha história, essa é a mais dramática.⁶²

Dentro das múltiplas violências que uma militante mãe poderia sofrer nos porões da ditadura militar, é possível pensar que uma política de intimidação ou ameaças se configurava como um dos mais angustiantes sofrimentos não causados em si. Por perceberem que suas ações e militância podem acabar envolvendo seus filhos, quando se recebe uma ameaça ou se é intimidada por ser mãe o sofrimento é agudizado. É bastante comum em relatos de mães militantes, ou mesmo não militantes, estas mulheres dizerem que a maior violência, o maior sofrimento, o pior momento por elas vivido foram os momentos em que seus filhos passaram a sofrer de alguma forma, ou que receberam ameaças de que algo poderia ser feito a seus filhos⁶³. Com Jessie Jane, e todas as outras mães aqui citadas, não foi diferente:

Ao amanhecer chegaram vários homens que, pela janela do meu quarto, passaram a me ameaçar dizendo que iriam matar a minha filha, que era

⁶⁰ “[...] desorientação do tempo, que se dá em dois sentidos diferentes: tanto na experiência em si, quando a contagem de tempo socialmente compartilhada não dá conta da experiência [...] – o que, repito, impossibilita a simbolização e transmissão –, quanto no trauma gerado por essa experiência, que impede que o passado de fato passe. Impossibilitados de representarem, o que era para ser passado sofre atualizações constantes no presente.” (MONAY, 2017, p. 51-52).

⁶¹ RIO DE JANEIRO (Estado). *Op. Cit.*, p. 340.

⁶² SOUSA apud MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). *Ibidem*, p. 25.

⁶³ Tal argumento pode ser percebido através de inúmeros depoimentos de mulheres-mães coletados e utilizados pela Comissão Nacional da Verdade, mas também aparece em depoimentos de outras comissões, como as do Rio de Janeiro e São Paulo, que são utilizadas neste trabalho. Também aparece, porém em menor grau, em depoimentos presentes em outros projetos de memória levados a cabo pela União, como nos projetos Marcas da Memória e Clínicas do Testemunho.

necessário realizar o que eles chamavam de operação Jacarta (em referência à matança de comunistas que a Indonésia havia realizado). [...] Minha angústia era absoluta pela falta de notícias da minha filha [...] aquele pesadelo tornou a se repetir quando, também em uma madrugada, acordei para alimentar Leta e pude ouvir da guarita [...] vozes que repetiam as mesmas palavras ouvidas no hospital.⁶⁴

Para algumas, a experiência da prisão era substancialmente piorada quando passavam pela tortura. Nem todos os presos políticos passaram por sessões de interrogatório e tortura, mas o número dos que passaram é bem maior do que aqueles que não passaram. Para a mulher-mãe que ia parar nos porões da ditadura, a tortura sofrida pelo fato de ser mãe poderia se dar de diferentes formas. Como citado anteriormente, havia a tortura física em presas grávidas com o objetivo de fazê-las abortar e uma política de intimidação e ameaças para as presas com filhos já nascidos. Além disso, é possível encontrar relatos de mulheres que reúnem mais de um elemento de violência sofrido por serem mães.

Crimeia Alice Schmidt de Almeida é uma delas. Ex-militante do PCdoB, é uma das sobreviventes da Guerrilha do Araguaia, tendo saído de lá quando estava grávida. Ao voltar para São Paulo, em 1972, já aos quase sete meses de gravidez, foi sequestrada junto com seus dois sobrinhos de 4 e 5 anos de idade, e levada para a sede da Operação Bandeirantes (OBAN). Lá, foi presa e torturada, mesmo com seu estágio avançado de gravidez:

Em 29 de dezembro de 1972, com seis meses e meio de gravidez, fui sequestrada pelo DOI-CODI/SP. O fato de estar em estado já bastante adiantado de gravidez não foi empecilho para as torturas físicas e psicológicas. Levei choques nos pés e nas mãos, muitos espancamentos, ameaças de fuzilamento e outras violências. E o pior, a ameaça de sequestrarem o bebê, se ele nascesse branco, saudável e do sexo masculino. [...] Até o carcereiro me torturava quando me tirava da cela para levar às salas de interrogatório.⁶⁵

A tortura, situação-limite que muitos passaram, tem a capacidade de acentuar todas as características da prisão, como desorientação do tempo e ruptura com o mundo coletivo, além de ter características próprias, pois “um corpo torturado é um corpo roubado ao seu próprio controle; corpo dissociado de um sujeito transformado em objeto nas mãos poderosas do outro – seja o Estado ou o criminoso comum”⁶⁶. A onipotência do torturador sobre o corpo torturado, para uma mãe, pode ir além de si e chegar em seus filhos; a onipotência do torturador ultrapassa o corpo torturado e passa a controlar também suas crianças. A tortura,

⁶⁴ SOUSA apud SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014b, p. 158-159.

⁶⁵ ALMEIDA apud **Ibidem**, p. 276.

⁶⁶ KEHL, Maria Rita. **Op. Cit.**, pp. 130-131.

institucionalizada para adultos ganha novos contornos quando extrapola tal limite e atinge outros corpos, como crianças ou adolescentes. “Sejamos sensatos: se a possibilidade de gozar com a dor do outro está aberta para todo ser humano, por outro lado a tortura só existe porque a sociedade, explícita ou implicitamente, a admite”⁶⁷.

Para Crimeia, a realidade da tortura estendida para além de seu corpo se deu tanto durante a gravidez como após o parto:

Durante essa época [da prisão e tortura], o feto apresentava soluços, os quais eu tentava amainar alisando a barriga e cantando baixinho para ele. Até hoje, em momentos tensos, meu filho apresenta soluços. [...] Com o passar dos dias notei que ele foi ficando muito molinho, sonolento, sem forças pra chorar e pra mamar. [...] perguntei à auxiliar de enfermagem, que o trazia para as mamadas, e ela me disse que a criança chorava muito e, por isso, o pediatra prescreveu “Luminaleta”, um tranquilizante de uso infantil. Falei para o pediatra que ele não era o médico do meu filho, não tínhamos médico, estávamos presos [...] Como castigo, ele era tirado do quarto, passava dois ou três dias sem ser trazido para as mamadas e voltava com diarreia e vômitos. Isto o fez perder muito peso e com um mês pesava 2,700 quilos. E sempre que me era devolvido nesse estado precário, diziam que eu era a responsável porque não queria cooperar.⁶⁸

Além disso, as condições às quais Crimeia foi submetida quando entrou em trabalho de parto podem configurar também um tipo de tortura, mesmo que não houvesse a figura do torturador. Quando entrou em trabalho de parto, foi transferida para o Hospital da Base de Brasília, mas ao ter tratamento médico negado, foi enviada para a prisão novamente, onde ficou numa cela suja e inadequada por horas. Após muita insistência, tanto de Crimeia como de outros presos que se solidarizaram com ela, foi levada novamente ao hospital, onde seu filho nasceu.

Aí quando rompeu a bolsa, as baratas se assanharam, porque ficava escorrendo líquido amniótico então elas vinham voando, andando, era muita. Mas era muita barata. E bem, aí eu falei, eu preciso ir para o hospital porque o meu filho vai nascer. Isso era mais ou menos umas 10, 11 horas da noite do dia 11 de fevereiro. Aí às cinco horas da manhã do dia 12 chegou um médico e disse que ia me examinar. Aí eu disse, aqui não. Porque aqui não tem condições de ser examinada. Se o senhor tentar me examinar eu vou denunciá-lo como violência sexual.⁶⁹

⁶⁷ KEHL, Maria Rita. **Loc. Cit.**

⁶⁸ ALMEIDA apud SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014b, p. 276.

⁶⁹ ALMEIDA apud SÃO PAULO (Estado). **Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva, relatório final (tomo I)**. São Paulo: Alesp, 2014a, p. 1117.

A forma como o seu parto aconteceu, e como pôde vivenciar o vínculo mãe-bebê após o parto influenciaram a forma como Crimeia lidou com a maternidade. Muito comum em casos em que tal realidade se dá em meio a um ambiente conturbado, a maternidade tende a ganhar contornos mais rígidos de força, resistência e proteção, já que qualquer elemento a mais fora da curva pode significar a vida da mulher, da criança ou de ambos. A maternidade da militante é delineada pela afronta ao regime violador e repressivo, assim como pela disposição de ir até às últimas consequências não mais pelos ideais políticos apenas, mas também por seus filhos. A adversidade extrema com que Crimeia e seu bebê tiveram que lidar é representativa neste tipo particular de oposição, mesmo ou apesar da violência dos porões.

Pelas constantes ameaças dos militares de que iriam adotá-lo, exigi que previamente registrado como meu filho, o que consegui. Ao retirarem o bebê, aplicaram-me uma medicação para secar o leite e em seguida voltei para a cela onde recomeçaram os interrogatórios que eram quase ininterruptos. Permaneci presa mais uns vinte dias até ser liberada⁷⁰

Para além da prisão e da tortura, uma outra consequência com a qual inúmeros militantes políticos experienciaram foi o exílio. Para alguns, o exílio significou a única forma de se manterem vivos, para outros, a retomada da liberdade que haviam perdido, mas para todos representava a distância de sua terra natal e ter que se encaixar em uma nova realidade, que não necessariamente tinha elementos semelhantes. Diversos militantes e não-militantes tiveram no exílio uma resposta sobre a permanência da vida ao engajamento político próprio ou de terceiros, mas principalmente como uma experiência bastante diferente da que viviam no Brasil.

Damaris Oliveira Lucena iniciou sua trajetória política no movimento sindical no começo dos anos 1950, além de integrar o Partido Comunista e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Entrou para a clandestinidade de forma definitiva em 1969 e, em 1970, foi presa e barbaramente torturada após ter sua casa invadida e testemunhar o assassinato de seu marido. Neste mesmo ano, Damaris e seus três filhos⁷¹ menores de idade

⁷⁰ ALMEIDA apud SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014b, p. 276.

⁷¹ Além das três crianças, Damaris tinha um quarto filho, já adolescente, que foi igualmente preso e torturado pela ditadura. Ariston Oliveira Lucena também militava na VPR, tinha 18 anos quando foi preso em 1970 e levado para o DOPS/SP. Lá e na sede da OBAN, Ariston foi torturado, condenado a 30 anos de prisão, além de uma condenação a pena de morte, que posteriormente foi transformada em prisão perpétua. Saiu da cadeia em 1979, com a Lei de Anistia. Para Ariston, “Sinto muito orgulho por ter pegado em armas para lutar contra a ditadura instaurada no Brasil. Essa consciência foi adquirida no convívio com meus pais Antônio Raymundo de Lucena e Damaris Oliveira Lucena. Meus velhos, apesar de terem baixo nível de escolarização, tinham uma profunda consciência de classe. [...] Fizemos a opção pelo povo.” (LUCENA apud SÃO PAULO, *ibidem.*, p. 91).

foram trocados pelo cônsul japonês, seguindo para o México e após, a convite do Fidel Castro, para Cuba. Damaris descreve assim sua ida para o exílio:

Quando chegamos no México, o Mário Japa [...] foi ao consulado cubano e lá tinha uma carta do Comandante Fidel Castro oferecendo asilo para mim e as crianças. Que se eu quisesse, eu podia ir pra Cuba. Quando ele me falou isso, foi uma das maiores satisfações da minha vida, receber um convite de um estadista.⁷²

Para Damaris, assim como para muitos outros, o exílio significou uma mudança brusca e forçada de suas vidas. Contudo, Damaris encarou o exílio como uma experiência positiva. Sendo oriunda de classes populares, tendo baixa escolaridade e ofício na área industrial, ela viu no exílio em Cuba a oportunidade de ter acesso a políticas e chances que não teria no Brasil. Semianalfabeta, em Cuba teve a oportunidade de terminar seus estudos e chegar ao nível superior, “estudei, botei meu pé dentro de uma faculdade, que para mim foi uma das coisas mais maravilhosas que eu já vi, entrar em uma faculdade, uma faculdade Cubana.”⁷³. Cuba representou não só uma melhora na qualidade de vida, como de sua própria formação individual. Como conta:

Cheguei a Cuba doente, traumatizada pelo brutal assassinato de meu esposo e pelas torturas que sofri, com três crianças, uma de três anos e duas de nove. Fui internada no hospital, recebi todo o tratamento necessário e meus filhos também. Comecei a aprender meu próprio idioma e o espanhol também. Abriu-se para mim o campo do saber. E eu, com quarenta e três anos, completei a escola primária, fiz a secundária e ingressei no curso pré-universitário.⁷⁴

Se Damaris encarou o exílio como uma boa experiência, o mesmo não pode se dizer da enorme comunidade de exilados brasileiros. O exílio significava, em sua grande maioria, uma ruptura brusca não só do seu modo de vida, mas também de sua atuação política, além da distância do que era conhecido. Sentimentos como o de estranhamento, solidão, dificuldade de adaptação, desejo de retorno, crises de identidade e distanciamento da esfera de referências acometiam muitos dos exilados brasileiros, independentemente de onde estavam vivendo o exílio. A insatisfação com tal experiência é ainda mais comum em pessoas que no Brasil eram de classe média, na qual a ruptura do modo de vida era ainda mais sentida. Dentre as muitas perdas vividas no exílio, tais como a língua materna e o choque cultural, há uma sensação de

⁷² LUCENA apud SÃO PAULO (Estado). *Ibidem*, p. 99.

⁷³ LUCENA apud SÃO PAULO (Estado). *Ibidem*, p. 98.

⁷⁴ LUCENA apud ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 164-165.

que “no exílio muito se aprende, mas o exílio é também um atraso de vida: um processo de infantilização [...] Pouco a pouco o exilado verifica que as mesmas dificuldades encontradas na tradução da linguagem encontram-se na tradução da sua maneira de ser”⁷⁵.

Cuba se tornou um lugar para onde muitos iam se exilar, e lá, criaram uma comunidade de brasileiros expatriados. Dentro desta comunidade, Damaris se tornou uma figura muito importante e conhecida, sendo sua casa um local de moradia inicial para exilados recém-chegados, além de participar da criação de várias crianças exiladas. Sua atuação política lhe rendeu destaques, como um convite para depor na cidade holandesa de Haia (conhecida por seus diversos tribunais e cortes internacionais) sobre as violações sofridas e testemunhadas no Brasil, além de prêmios como o *La Utilidad de La Virtud*, concedida pela organização cubana Sociedad Cultural José Martí, em virtude de sua trajetória política e de vida.

No exílio, a experiência de maternidade para Damaris foi extremamente diversa. Para com os filhos mais novos, sua relação maternal se dava no dia a dia, gerada pelo laço de sangue e reforçada pelo instinto de proteção que teve com eles após as violências sofridas. Já com seu filho mais velho foi marcada pelo desconhecimento de onde e como estava, e após saber, pela angústia e tristeza de saber que ele havia sido condenado à morte e a ausência de perspectiva de vê-lo antes disso. Para além, em Cuba, a sua organização política e o pai biológico a tornaram responsável pelos cuidados de Ñasaindy Barrett de Araujo⁷⁶, órfã de ambos os pais, militantes, mortos no Brasil quando ainda bebê. Damaris se tornou a mãe adotiva de Ñasaindy, uma maternagem gerada através da atuação e militância política organizada, criando-a e registrando-a como sua filha, mantendo o laço afetivo até hoje, quando ainda se chamam de “mãe” e “filha”.

Em suma, a militância política da mulher-mãe pôde causar diversas consequências para ela, como a prisão, a tortura e o exílio. Contudo, é impossível não reparar que tais riscos e que a própria militância em si afetam a forma como acontece e se manifesta a maternidade. As diferentes realidades existentes em meio à repressão da ditadura qualificavam de forma particular a experiência destas mulheres, explicitando ainda mais sua truculência.

Conclusão

⁷⁵ COSTA apud ROLLEMBERG, Denise. *Ibidem*, p. 138-139.

⁷⁶ Ñasaindy Barrett de Araújo é filha de Soledad Barrett Viedma e José Maria Ferreira Araújo, ambos militantes da VPR. Soledad foi morta em 1973, no chamado “massacre da chácara de São Bento”, enquanto José Maria foi morto sob tortura em 1970. Durante suas militâncias, deixaram Ñasaindy em Cuba aos cuidados da organização e de terceiros, e seguiram para o Brasil, onde foram mortos.

“É balela que a ditadura brasileira foi simples e singela, incruenta, com pouco violência”⁷⁷. Deparar-se com relatos, depoimentos e testemunhos, tão violentos e traumáticos quanto os que foram expostos nestas páginas, além de outros tantos, causa uma sensação de incômodo, nervosismo, agonia. Talvez a reação seja essa porque tais relatos não são fáceis de ler e se, ao fazer isso, sente-se um incômodo e uma agonia pelo que foi imputado a essas pessoas, é porque os traços que nos fazem humanos ainda estão presentes. Nisto, nos diferimos daqueles que, ainda hoje, louvam e exaltam a “revolução militar de 1964”⁷⁸.

O traço que une essas mães, além dos outros milhares de atingidos pelo regime ditatorial é que poderia ser qualquer um de nós. A gravidez não foi poupada, assim como crianças inocentes foram violentadas por quem deveria oferecer proteção e segurança. Por motivos que mudam de época para época, a ameaça escolhida para o momento não tem rosto, tem apenas alvos indistintos.

As fraturas na memória coletiva e na democracia brasileiras atuais são resultado de um projeto de democracia sem povo, sem um projeto de consolidação democrática, afastada daqueles para quem deveria governar e tentando (mesmo que falho) impor uma versão oficial da história. Por mais que se tente silenciar e produzir esquecimentos, a memória não pode ser controlada ou forçada para encaixar em algo, pois “impor um esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar”⁷⁹.

Para as mulheres mães, o gênero foi um marcador decisivo em suas experiências públicas e políticas. Ao não se contentarem com o lugar imposto pela repressão ou pelo patriarcado, elas nos mostram que a rua é lugar de mulher sim, e que se deve lutar como uma garota. Suas histórias ensinam que a força existente dentro do corpo feminino é grande e é capaz de abalar estruturas sólidas. Através dos casos aqui analisados, além de inúmeros outros que constam nos relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade e comissões estaduais, foi possível perceber a vivência específica que mulheres-mães estavam sujeitas ao se encontrarem com o aparato repressivo. A maternidade foi utilizada, de forma sistemática e contínua ao longo dos 21 anos de ditadura, como instrumento de violência moral, psicológica e física contra aquelas que divergiam do *status quo* autoritário e patriarcal.

⁷⁷ REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar brasileira**. São Paulo: Alameda, 2019, p. 17.

⁷⁸ C.f. BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. IN: **Relaciones Internacionales**. V.28, 2019, p. 37-51 e PEREIRA, Mateus. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). IN: **Varia História**. v.31, 2015, p. 863-902.

⁷⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Op. cit.**, p. 179.

Suas memórias dizem que uma nova construção de sociedade e de futuro não é impossível, e que para cada defensor da ditadura existente no Brasil atual, haverá um/a resistente pronto/a para combater o retrocesso, e lutar por melhores condições, por mais memória, verdade, justiça e reparação.